



RESOLUÇÃO Nº 154

DE 18 DE MARÇO DE 1980

(Revogada pela Resolução nº 275/95)

Ementa: Aprova o Regulamento de Fiscalização dos Conselhos Regionais de Farmácia.

O CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, e

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer preceitos uniformes para a fiscalização exercida pelos Conselhos Regionais de Farmácia, como resultante de sua missão institucional;

CONSIDERANDO que esses preceitos facilitam a fiscalização a cargo dos Conselhos Regionais de Farmácia, dando-lhes segurança e efetividade;

CONSIDERANDO os estudos levados a efeito neste Órgão,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regulamento proposto para este fim, que orientará o procedimento da fiscalização desenvolvida pelos Conselhos Regionais de Farmácia.

Art. 2º - Incorporar à presente resolução o Regulamento referido no artigo anterior.

Art. 3º - A presente resolução entrará em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

Sala das Sessões, 18 de março de 1980.

DR. MÁRCIO ANTONIO DA FONSECA E SILVA
Presidente

REGULAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE FARMÁCIA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A Fiscalização a ser exercida pelos Conselhos Regionais de Farmácia obedecerá ao presente Regulamento.

Art. 2º - Os cargos de fiscais serão sempre exercidos por Farmacêuticos.

Art. 3º - O corpo de fiscais dos Conselhos Regionais será organizado de acordo com suas necessidades administrativas, no limite da dotação orçamentária prevista, sendo que a admissão se fará sempre por concurso publico de provas, versando principalmente sobre Deontologia e Legislação Farmacêutica.



Art. 4º - Os fiscais dos Conselhos Regionais são proibidos de participar, como sócios, proprietários ou co-proprietários, inclusive de assumir sua responsabilidade técnica, de empresas ou estabelecimentos que explorem o comércio e a indústria de drogas, medicamentos, alimentos, insumos farmacêuticos e correlatos, vedando-se-lhes também o exercício de análises clínicas.

Art. 5º - Aos fiscais dos Conselhos Regionais compete:

- a) Orientação dos profissionais inscritos e dos estabelecimentos farmacêuticos cadastrados;
- b) Fiscalização na área de jurisdição do Regional, quanto ao cumprimento da Legislação Profissional pertinente ao campo de atuação dos Conselhos.

Art. 6º - É proibido ao fiscal receber qualquer valor em nome do Conselho Regional, bem como passar recibo.

Art. 7º - Em hipótese alguma admitir-se-á atividade político-partidária ou profissional por parte do fiscal.

Art. 8º - O Setor de Fiscalização dos Conselhos Regionais será supervisionado, preferencialmente, pelo Vice-Presidente do CRF ou por Conselheiro indicado pela Diretoria, a quem compete orientar, fiscalizar e exigir o cumprimento deste Regulamento.

CAPÍTULO II DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 9º - Ao término de qualquer etapa de fiscalização, os fiscais apresentarão obrigatoriamente relatório das atividades realizadas.

Art. 10 - É vedado aos fiscais e ao Setor de Fiscalização dos Conselhos Regionais lavrarem autuações, notificações e multas, a não ser as previstas na Legislação Profissional pertinente ao campo de atuação dos Conselhos.

Parágrafo único. As infrações de natureza sanitária poderão ser anotadas, para providências do Presidente junto aos Órgãos competentes.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11 - O Conselho Federal de Farmácia poderá auxiliar a Conselho Regional que pretender dinamizar sua Fiscalização.

Art. 12 - Os auxílios a serem prestados aos Conselhos Regionais poderão ser da seguinte natureza:

- a) Orientação e organização do Setor;
- b) Aquisição de equipamentos e suporte burocrático;
- c) Veículos para o Setor de Fiscalização;
- d) Outros a serem solicitados e devidamente justificados.

Art. 13 - Para fazer jus ao auxílio do Conselho Federal, o Conselho Regional deverá:

- a) Requerer sua inscrição no plano de auxílio;
- b) Apresentar o Plano de Ação a ser executado no exercício;
- c) Preencher a ficha informativa adotada pelo CFF;



d) Apresentar Termo de Compromisso assinado pela Diretoria do CRF de que o auxílio a ser concedido será exclusivamente aplicado no Setor de Fiscalização.

Art. 14 - O Conselho Federal de Farmácia fiscalizará a aplicação dos recursos, por verificação “*in loco*”, ou através de relatórios mensais apresentados pelo Presidente do Conselho Regional.

Art. 15 - A não apresentação de relatórios demonstrativos do Setor de Fiscalização, por parte dos Conselhos Regionais, implicará na suspensão do auxílio, independente de outras medidas que deverão ser adotadas pelo CFF.

Art. 16 - As dúvidas ou omissões serão resolvidas pelo Conselho Federal de Farmácia.

Art. 17 - Este Regulamento entrará em vigor na data da publicação da Resolução nº 154, de 18.03.80, no Diário Oficial da União.

Alterado pela Resolução nº 178, de 30.05.1906.

MODELO

Conselho Regional de Farmácia do Estado de: _____ CRF _____	
Endereço: _____	
Nº de Fiscais em atividade: _____	
Viatura(s): _____	
Fiscalização na Capital	[Permanente: _____ Esporádica: _____
Fiscalização no Interior	[Permanente: _____ Esporádica: _____
Valor pretendido para execução do plano de ação apresentado	[na capital: Cr\$ _____ no interior: Cr\$ _____
Estimativa em dias para cobertura da fiscalização	[na capital: _____ no interior: _____
Quilometragem provável para execução da fiscalização	[na capital: _____ no interior: _____
Coordenação das atividades de fiscalização	
Cargo de: _____	
Data: _____	Assinatura: _____